

**REVISTA
INTERNACIONAL
DE
LÍNGUA
PORTUGUESA**

Associação das Universidades de Língua Portuguesa

Dezembro 1989

2

Situação Linguística em Moçambique Opções de Escrita ⁽¹⁾



Perpétua Gonçalves*

0. PROPOSTA DE BASE

Esta comunicação, gostaria de propor uma reflexão sobre o fenómeno literário moçambicano, a partir de uma perspectiva linguística. Procurarei assim captar a diversidade de opções de escrita que se exibem na literatura produzida em Moçambique não apenas no que diz respeito à língua que cada escritor adopta na sua obra, mas relativamente a outras componentes linguísticas, cuja compreensão parece beneficiar duma abordagem que tome como base a situação linguística nacional.

Considero pressuposto de base para esta análise distinguir os métodos, necessariamente diferentes, utilizados no tratamento da linguagem, conforme se trata de examinar o seu uso corrente ou na literatura.

Assim, os juízos formulados pelo linguísta sobre as propriedades dos textos, orais ou escritos, produzidos pelos falantes em situações sociais de comunicação, são juízos de gramaticalidade ou aceitabilidade, em que se procuram identificar as regras e princípios que regulam o uso das línguas naturais. É este tipo de investigação que pode conduzir a estabelecer a chamada norma-padrão, a partir da qual se definem os fenómenos de variação, constituídos por «desvios» ou «derivas» a essa norma. Por outro lado, no que diz respeito à linguagem literária, esta não se deixa descrever a partir de tais juízos linguísticos, sendo necessário utilizar outros instrumentos de pesquisa que permitam a identificação dos seus aspectos criativos e a caracterização da sua estética.

Ao propor uma observação da escrita literária moçambicana a partir de um ponto de vista linguístico, não pretendo, por conseguinte, sobrepor estas distintas metodologias de trabalho, mas colocar de algum modo a informação linguística ao serviço da literatura moçambicana. Esta perspectiva permitirá assim uma leitura das suas obras, a partir da qual se definem elos de continuidade, pontos de ruptura e soluções inovadoras relativamente ao panorama linguístico nacional.

(1) Comunicação apresentada ao I Congresso de Escritores de Língua Portuguesa (Lisboa, Março de 1989) e publicada na revista Tempo (Maputo, Abril de 1989).

* Universidade Eduardo Mondlane. Por lapso, a comunicação da autora ao 1.º Encontro da AULP, foi publicada no número 1 desta revista com o título «Variações do Português dentro do Português», cabe-nos agora emendar esse erro: leia-se, conforme foi então indicado no índice, «Variações do Português por dentro do Português».

1. A SITUAÇÃO LINGÜÍSTICA NACIONAL

Do ponto de vista linguístico, Moçambique pode caracterizar-se como sendo um país plurilingue, onde a grande maioria da população (mais de 95%) tem como língua materna uma língua da família designada como «banto». Nos casos de êxodo rural, em que os falantes destas línguas deixam a sua zona de origem e se instalam nos centros urbanos, a primeira geração (e talvez ainda a segunda) conserva a sua língua materna, pelo menos em situações de comunicação em meio familiar. Neste caso, entretanto, ocorrem geralmente fenómenos de variação, em que estas línguas são afectadas a nível lexical, morfológico e sintáctico. Nas línguas de longa tradição urbana — como o ronga e o changane na cidade de Maputo — é comum o fenómeno designado como «alternância de códigos» («code switching») verificando-se que, no seu discurso corrente, os falantes introduzem frequentemente termos, expressões e até mecanismos gramaticais retirados da língua portuguesa. A título exemplificativo:

— há processos gramaticais com tendência a desaparecer, como acontece no caso do sufixo verbal — *ela*, através do qual se insere na estrutura argumental do verbo um novo complemento com a função de «beneficiário»; o verbo *Ku sweka* (*cozinhar*) pode assim significar *cozinhar para (alguém)* desde que seja inserido o sufixo — *ela*, usando-se neste caso a forma *Ku swekela*. Os falantes de ronga ou changane da cidade de Maputo tendem actualmente a substituir sistematicamente este sufixo por um processo sintáctico, realizado pela preposição portuguesa *para*, introduzida no seu discurso sem qualquer modificação fonética; — a nível lexical, pode observar-se o uso de termos do Português, mesmo em casos em que estes empréstimos não se devem à inexistência no léxico destas línguas de itens que desempenhem uma função referencial idêntica. Estão neste caso verbos como *Ku gwentu* ou *Ku limoa*, respectivamente *aguentar* e *limpar*, que não designam obviamente acções alheias ao mundo

social tsonga, mas que os falantes adoptam na sua comunicação em ronga ou changane.

Quanto ao Português, língua oficial, dado o panorama linguístico atrás apresentado, facilmente se deduz que este funciona, a nível nacional, essencialmente como língua segunda. De acordo com o Recenseamento de 1980, cerca de 25% dos falantes de línguas do grupo banto teve acesso à aprendizagem do Português, sendo muito variado o grau de domínio desta língua. A norma estabelecida como alvo para adopção no ensino, nos meios de comunicação e nos textos oficiais é a norma-padrão europeia. A sua situação de língua segunda, entretanto, dá, naturalmente, origem a alterações às regras que regulam o seu uso na variante europeia. Estas modificações situam-se nos níveis lexical, morfológico e sintáctico, como acontece com as línguas maternas, e ainda no plano fonológico, aparecendo sobretudo afectado o seu sistema vocálico. A título exemplificativo:

— a nível sintáctico, verifica-se a ocorrência de construções que não são permitidas pelas normas do Português, como no caso de passivas «dativas» do tipo «*Eu fui dito que...*», em que o complemento com a função gramatical de objecto indirecto ocupa a posição sintáctica de sujeito;

— as inovações lexicais são frequentes e podem, entre outros processos, ser produzidas a partir de mecanismos de derivação (*fazer bicha — bichar*) ou pelo uso de termos existentes em Português, com sentido diferente («*acabar* um mês num lugar» = «*ficar* num lugar até passar um mês»).

Em suma, independentemente da sua importância quantitativa, parece legítimo considerar que existem em Moçambique dois grandes grupos linguísticos: dum lado, as línguas maternas da maior parte dos falantes, pertencentes ao grupo banto e, do outro, a língua oficial, o Português, usado em geral como língua segunda. Em cada um destes grupos linguísticos, podem estabelecer-se duas formas de utilização: o seu uso segundo a norma-«padrão» e o seu uso «desviante». Como se viu, quer se

trate do Português ou das línguas bantas, os fenómenos de variação que ocorrem nestas línguas são produzidos pelas múltiplas situações de contacto linguístico, criadas pela dinâmica social existente actualmente em Moçambique (êxodo rural/urbanização; escolarização em Português, única língua permitida no ensino oficial...).

Tomarei este breve percurso pela realidade linguística moçambicana, apresentado numa forma deliberadamente não exaustiva a fim de não bloquear a visão de conjunto, como base, suficiente, para o estabelecimento das relações entre língua(s) e literatura, anunciado inicialmente.

A minha proposta é a de observar o fenómeno literário moçambicano a partir desta situação linguística, procurando identificar a representatividade não tanto das várias línguas usadas em Moçambique, mas sobretudo o modo como — no seu uso «padrão» ou «desviante» — elas estão presentes ou são retomadas pelos escritores. Tendo em conta a especificidade da escrita em poesia, construída em geral a partir de rupturas e transgressões às normas discursivas, parece-me prudente que esta análise se debruce essencialmente sobre as obras literárias em prosa.

2. OPÇÕES DE ESCRITA

Por razões que não cabe no âmbito desta comunicação examinar, pode dizer-se que, em Moçambique, a literatura escrita é, nos nossos dias, uma literatura em Português.

Até hoje, apenas GABRIEL MAKAVI na África do Sul e BENTO SITEO em Moçambique escreveram e publicaram numa língua banta, o Tsonga. Na obra deste último escritor, em prosa, é usada a norma que considera «padrão», havendo mesmo a

preocupação de não só evitar as formas «desviantes» como até de recuperar estruturas que, actualmente, os falantes parecem ter tendência a abandonar. Estes dois escritores são, nos nossos dias, os únicos representantes, na literatura escrita, do grande grupo populacional que usa, como principal meio de comunicação, línguas do grupo banto. Por outro lado, nenhum escritor moçambicano pretendeu ainda retomar o(s) uso(s) desviante(s) de algumas destas línguas, não parecendo sequer que existam candidatos a um tal tipo de escrita.

Os outros escritores moçambicanos escrevem em Português. Porém, optar por escrever em Português em Moçambique é talvez a primeira decisão, eventualmente a principal opção de escrita, mas não significa em todos os casos a mesma forma de utilização desta língua. Com efeito, verifica-se que, no âmbito do panorama linguístico aqui apresentado, a escrita em Português acaba por reflectir ou, pelo menos, dar indicações sobre esse complexo painel, quer se trate ou não de um acto deliberado por parte dos vários escritores.

Sem pretender hierarquizar as obras literárias segundo algum critério que as distinga quanto à sua qualidade ou valor estéticos e, por outro lado, sem pretender apresentar aqui um levantamento exaustivo, procurarei em seguida identificar várias formas de apropriação do Português pelos escritores moçambicanos.

Em primeiro lugar, e dum modo ainda muito geral, podem estabelecer-se na literatura moçambicana duas tendências principais: existe um grupo de obras produzido por escritores que parecem optar pelo uso normativo do Português, ou melhor, que não parecem querer adoptar na sua escrita as alterações à «norma» europeia, observáveis no discurso dos falantes⁽¹⁾; o outro grupo de obras integra os escritores que parecem querer retomar o já referido uso «desviante» do Português.

⁽¹⁾ Refiro-me à opção de escrita que parece estar subjacente na obra destes escritores e não ao «resultado» linguístico propriamente dito, já que ocorrem nas suas obras alguns casos de «desvios» à norma estabelecida como alvo.

Quanto às obras incluídas no primeiro grupo, verifica-se que estas não constituem um todo homogéneo, já que, por dentro do tecido discursivo elaborado em Português (não «desviante»), se detectam diferenças significativas:

— há escritores, como ALBINO MAGAIA por exemplo, que representam, por assim dizer, o uso oficial do Português: os temas e as personagens são de inspiração moçambicana mas a língua é usada segundo as regras da norma europeia, incluindo o léxico utilizado;

— noutras obras, como em ANÍBAL ALELUIA, escritas segundo a mesma norma, são usados termos de várias línguas bantas moçambicanas, que não parecem ter equivalente em Português e que são explicados através de um glossário. Trata-se assim da inserção de termos lexicais dessas línguas num discurso literário produzido em Português-padrão;

— por fim, é necessário assinalar um outro tipo de texto, de UNGULANI BA KA KHOSA, que parece ser ainda um caso isolado na literatura moçambicana, embora esteja igualmente inserido neste grupo que adopta a norma - «padrão» europeia. Este escritor emprega estratégias de escrita que trazem para o texto em Português essa outra realidade linguística nacional, constituída pelas línguas bantas. Assim, em *Ualalapi*, BA KA KHOSA não só usa termos dessas línguas, como incorpora, no próprio texto (e não através de um glossário, por exemplo), a explicação do significado de tais termos, utilizando a mesma linguagem literária que caracteriza a sua narrativa:

«o odor nauseabundo do sangue que cobriu a aldeia durante aqueles meses fatídicos em o *nkuaia* (ritual anual e sagrado em que os súbditos, provenientes de todos os cantos do império, à corte se dirigiam)» [*UALALAPI*: 41]

Além deste processo, as línguas (e até a cultura) bantas estão presentes na sua obra

através de uma espécie de tradução literal de formas retiradas do seu uso social. Neste caso, o escritor não se limita à importação de termos lexicais das línguas bantas, mas elabora já um discurso literário em Português, que só parece possível produzir a partir desse substracto linguístico:

«— Para onde vai o fumo vai o fogo, Malule.

— Nunca hás-de encontrar água raspando uma pedra. Deixa-me falar. Eu conheço a verdade. Vivi na corte.

— Mas qual é o homem que não tem ranho no nariz, Malule?» [*UALALAPI*: 44]

Quanto aos escritores que optam por incluir nas suas obras as alterações lexicais, morfológicas ou sintácticas que ocorrem no discurso corrente, é interessante assinalar que, em todos os casos se trata de falantes que conhecem e dominam as regras da variante europeia do Português. Por esta razão, pode considerar-se que, neste grupo, o uso de formas «desviantes» constitui plenamente uma opção da sua escrita literária. Entretanto, tal como no caso anterior, também neste grupo se distinguem diferentes formas de utilização deste «código» linguístico;

— alguns escritores parecem pretender «conservar», na sua obra, as construções tal como os falantes as utilizam, sem uma reelaboração muito evidente desse discurso. Esta opção, historicamente datada, parece constituir essencialmente um acto político, através do qual o escritor reconhece a essa forma de usar o Português um estatuto tão válido — mesmo para a expressão literária — quanto o da sua norma-«padrão». Incluo neste grupo poemas como «Eu bebeu suruma no teu olho» (1) de RUI NOGAR ou o texto «Rosita até morrer» de LUÍS BERNARDO HOMWANA;

— noutros casos, como em MIA COUTO, o escritor parece regular-se pelas «regras»

(1) A título excepcional, incluo aqui um texto de poesia, dado o carácter quase simbólico que este poema adquiriu na literatura escrita em Moçambique.

que se detectam nos fenómenos de variação do Português, para conduzir o seu próprio processo criativo. As propriedades do uso «desviante» — desde as inovações lexicais até à adopção de mecanismos sintácticos deste discurso não normativo — são assim retomadas como base para a produção da escrita literária:

«ESCREVÊNCIAS DESINVENTOSAS

Estava eu predisposto a escrever mais uma crónica quando recebo a ordem: «não se pode inventar palavra». Não sou homem de argumento e, por isso, me deixei». [CORONICANDO: 21]

3. HORIZONTES DA ESCRITA

Estas são algumas pistas que podem contribuir para alargar o nosso conhecimento da literatura escrita moçambicana, sem contudo dar conta dos processos estéticos envolvidos em cada um dos níveis de uso do Português que aqui foram referidos.

A literatura moçambicana escrita em Português constitui, como se pôde observar, um corpo heterogéneo, em que não parece possível, na fase actual pelo menos, estabelecer, a nível linguístico, linhas dominantes ou tendências evolutivas definidas. No interior da própria obra de cada escritor, parece haver ainda indecisão sobre o uso da língua ou das línguas que compõem o mosaico linguístico moçambicano. A este nível, a literatura moçambicana escrita em Português exhibe ainda um certo carácter experimental que abre um rico campo à criatividade individual. A exploração pelos escritores das potencialidades proporcionadas pela realidade linguística do país pode ainda vir a surpreender-nos, através de combinações inesperadas das peças desse mosaico. No momento actual, não estão de modo algum esgotadas as possibilidades de aparecimento de novas formas de apropriação dessa realidade, que não queremos ou não somos talvez capazes de prever.